

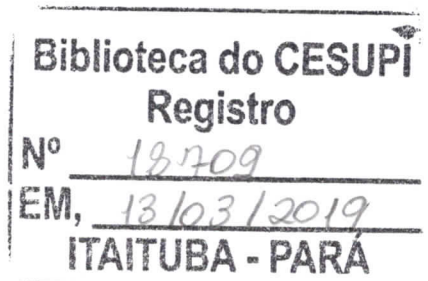


CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - CESUPI
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTABILIZAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO

(Análise na Empresa Scaravelli Motos Itaituba-PA)

CRISTIANE FLOURENÇA DA ROCHA



ITAITUBA – PARÁ
2011

657
R672c

CRISTIANE FLOURENÇA DA ROCHA

**CONTABILIZAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS DA FOLHA
DE PAGAMENTO**

(Análise na Empresa Scaravelli Motos Itaituba-PA)

Monografia de Graduação apresentada para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis da FAI - Faculdade de Itaituba.
Orientador: Professor Augusto Cesar
Amorim do Nascimento.



Centro de estudos superiores de Itaituba - CESUPI
Faculdade de Itaituba – FAI
Credenciada pela Portaria do MEC nº 2557 DOU 16/09/2003
Curso Autorizado pela Portaria 133 DOU de 2007
Av. Governador Fernando Guilhon (4º Rua), 895, Jardim das Araras – Itaituba - PA
Telefone: (93) 3518-4320/Fax (93) 3518-4319
Site: www.unifaitb.edu.br / E-mail: Fai@unifaitb.edu.br

Acadêmica: CRISTIANE FLOURENÇA DA ROCHA

TITULO: CONTABILIZAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO

(Análise na Empresa Scaravelli Motos Itaituba-PA)

Monografia de Graduação apresentada
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis da Faculdade de
Itaituba. Orientador: Prof.º Augusto
Cesar Amorim do Nascimento.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Profª. Djalmira de Sá Almeida –Drª.

Orientador: _____ Nota: _____
Profº Augusto Cesar A. do Nascimento - Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Profº. Alberto Azevedo Cunha – Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 24 de setembro de 2011.

À minha família, em especial a minha mãe, que sempre me incentiva e me apóia, em todos os momentos da minha vida. A todos aqueles que, direta ou indiretamente, acreditam e me incentivam a correr atrás dos meus ideais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida, da sabedoria, da perseverança e do amor, pois sem ele não seria possível o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho;

Ao Profº. orientador Augusto Cesar Amorim do Nascimento, que me auxiliou substancialmente em minha pesquisa. O meu muito obrigado pela paciência e empenho;

À FAI – Faculdade de Itaituba, toda a equipe de coordenação e apoio, e especial à Drª. Djalмира de Sá Almeida por seu apoio inspiração amadurecimento dos meus conhecimentos e conceitos que me levaram à execução e conclusão desta monografia;

Aos Professores, aos colegas de classe, dentre outros, agradeço pela oportunidade de conviver com profissionais que verdadeiramente encaram com comprometimento a profissão;

À Empresa Helton José Scaravelli participante do estudo de caso realizado, que disponibilizou os dados e informações necessárias;

À minha família agradeço o apoio, o afeto, o reconhecimento e a compreensão por tantos momentos de ausência;

Aos verdadeiros amigos, pelo incentivo constante no decorrer deste trabalho, e, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

,

"Uma jornada de mil milhas
começa com um simples passo".

Lao Tse

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE SIGLAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
1 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE	13
1.1 A CONTABILIDADE NO BRASIL	15
1.2 ORIGEM HISTÓRICA DA FOLHA DE PAGAMENTO NO BRASIL	18
1.3 A FORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	19
1.4 ORIGEM DA CARTEIRA DE TRABALHO	20
1.5 CARACTERÍSTICA DA CARTEIRA DE TRABALHO	21
2 FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO	22
2.1 OS DESCONTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO	22
2.1.1 Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	23
2.1.2 Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	23
2.1.3 Vale – Transporte	24
2.1.4 Faltas Injustificadas	24
2.1.5 Descontos do Repouso Semanal Remunerado	25
2.1.6 Contribuição Sindical	25
2.1.7 Assistência Médica, Odontológica, Farmácia, Seguro ou Associação	26
2.1.8 Desconto Descanso Semanal Remunerado Sobre Faltas ...	26
2.2 OS PROVENTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO	26
2.2.1 Salário e Remuneração	26
2.2.2 Adicional Insalubridade	26
2.2.3 Adicional de Periculosidade	27
2.2.4 Adicional Noturno	27
2.2.5 Adicional Extraordinárias	28
2.2.6 Horas Extras	28
2.2.7 Adicional de Transferência	28
2.2.8 Ajuda de Custo e Diária pra Viagem	28

2.2.9 Salário Família	29
2.2.10 Salário Maternidade	29
2.2.11 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	30
2.3 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	30
2.3.1 Lançamentos Contábeis	31
2.3.2 Lançamento do Pagamento no Final do Mês de Trabalho.....	31
2.3.3 Lançamento do Pagamento no mês seguinte	31
2.3.4 Lançamento no Mês do Efetivo Pagamento	32
2.3.5 A incidência do INSS e outros encargos do trabalhador	32
2.3.6 A incidência do IRRF na fonte	32
2.3.7 Outras deduções salariais suportadas pelo empregado	33
2.3.8 Encargos adicionais da empresa	33
2.3.9 Seguridade Social	33
2.3.10 Depósitos do FGTS	34
2.4.11 Provisão para o 13º salário e para férias	34
2 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA EMPRESA	
SCARAVELLI MOTOS ME	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	35
3.2 ANALISE DO QUESTIONÁRIO	35
3.3 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA EMPRESA ..	37
3.3.1 Sugestão de modelo de Folha de Pagamento	37
3.3.2 Sugestão de modelo de holerite	38
3.3.3 Sugestões Contabilização da Folha de Pagamento	38
3.4 SUGETÃO DE MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL	39
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
ANEXOS	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE NO BRASIL	16
Quadro 02: TABELA DE ALÍQUOTAS DO INSS.....	23
Quadro 03: TABELA CÁLCULO DO IR DE PESSOA FÍSICA	25
Quadro 04: TABELA SALÁRIO FAMÍLIA	29
Quadro 05: ETAPAS DE PROCEDIMENTOS DE CONTABILIZAÇÃO.....	30
Quadro 06: SUGESTÃO DE MODELO DE FOLHA DE PAGAMENTO.....	37
Quadro 07: SUGESTÃO DE MODELO DE HOLERITE.....	38
Quadro 08: SUGESTÃO DE MODELO DO BALANÇO PATRIMONIAL.....	40

LISTA DE SIGLAS

CLP - Consolidação da Legislação Previdenciária

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

DOU - Diário Oficial da União

DSR - Descanso Semanal Remunerado

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

INSS - Instituto Nacional Seguro Social

IR - Imposto de Renda

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte

MPS - Ministério da Previdência Social

TST - Tribunal Superior Trabalho

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

RFB - Receita Federal do Brasil

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

CDP - Centro de Despesa de Pessoal

ROCHA, Cristiane Flourença da. Contabilização dos Encargos Sociais da Folha de Pagamento (Análise da Empresa Scaravelli Motos Itaituba-PA). Monografia de Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade de Itaituba - FAI, Itaituba – Pará, 2011.

RESUMO

Este trabalho enfoca a importância da contabilização da folha de pagamento, apesar do tema parecer muito simples, para os profissionais mais experientes são motivo de preocupação para empregadores, que por não possuem experiência na área contábil, afirmam que contabilização da folha de pagamentos é um tema complicado. Isso deve-se talvez pelo fato da folha de pagamentos ter tratamento operacional diferente de empresa para empresa, e uma quantidade enorme de proventos e descontos, por isso dificulta a interpretação contábil para os menos experientes. Este estudo é direcionado para gestores, acadêmicos de contabilidade, administração e empresários. Com o objetivo de esclarecer a contabilização dos encargos sociais da folha de pagamento utilizada no dia-a-dia da empresa. Dessa forma, procura-se transmitir, além das questões conceituais, com exemplos das práticas contábeis. O procedimento metodológico utilizado como ferramenta para obtenção do objeto de estudo foi o emprego de um questionário ao gestor da empresa Helton José Scaravelli-ME, situada na cidade de Itaituba, Estado do Pará. .

PALAVRAS-CHAVE: Contabilização; Folha de Pagamento; Empresa

ROCHA, Cristiane Flourença da. Accounting for Social Charges Payroll (Analysis of Motorcycle Company Scaravelli Itaituba-PA). Monograph of Bachelor of Science in Accounting, School of Itaituba - FAI, Itaituba - Para, 2011.

ABSTRACT

This work focuses on the importance of accounting for payroll, although the subject seems too simple for experienced professionals is of concern to employers, which do not have experience in accounting accounting claim that the payroll is a complicated issue . This is perhaps because the payroll operating be treated differently from company to company, and a huge amount of dividends and discounts, so difficult to interpret accounting for the less experienced. This study is aimed at managers, academics, accounting, administration and business. In order to clarify the accounting for social costs of payroll used in day to day business. Thus, we seek to convey, beyond the conceptual issues, with examples of accounting practices. The methodological procedure used as a tool for achieving the object of study was the use of a questionnaire to the company manager Jose Scaravelli ME Helton, located in the city of Itaituba, State of Pará.

KEYWORDS: accounting, payroll, company.

INTRODUÇÃO

Neste estudo o objetivo é identificar como é feita a contabilização da folha de pagamento, pois qualquer empresa, ou seja qualquer firma individual ou sociedade que assume o risco de atividade econômica urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, estão obrigados a preparar mensalmente folha de pagamento e remuneração paga ou creditada a todos os segurados a seu serviço, devemos manter em cada estabelecimento, uma via desta. Utiliza-se ainda neste trabalho um estudo de caso feito na empresa Scaravelli Motos, optante pelo regime de tributação Simples Nacional. Os estudos presentes na empresa demonstram quais encargos incidentes na sua folha e como são contabilizados.

Para isso, demonstram-se cada verba que compõe o salário tais como adicional de insalubridade, periculosidade, transferência, extraordinário noturno repouso semanal remunerado etc. foram minuciosamente explicados e calculados sempre observando o amparo legal e enriquecido com várias jurisprudências sobre assunto, tal obrigatoriedade está prevista no art.225, inc.I e seu § 9º, do decreto 3.048/99.

A metodologia utilizada para desenvolvimento deste trabalho é pesquisa bibliográfica, interpretação da legislação específica; e estudo de caso com caráter explorativo e descritivo. A pesquisa exploratória pretende-se analisar a folha de pagamento da empresa, identificando através de sua folha quais seus encargos, seus proventos e desconto e sua contabilização. Na pesquisa descritiva aplicou questionários ao gestor responsável pela administração da empresa, o qual buscou evidenciar o conhecimento do gestor em relação a contabilização da folha de pagamento.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, os quais abordam os seguintes temas: primeiro capítulo, um breve histórico do surgimento da contabilidade. O segundo capítulo: abordada a definição e fundamentação da folha de pagamento, e por fim no 3º capítulo, será apresentada uma análise dos dados sobre a contabilização dos encargos sociais da folha de pagamento da empresa Scaravelli Motos Me Itaituba –PA.

1 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A contabilidade surgiu com a civilização humana, basicamente para atender as necessidades dos proprietários de patrimônio que tinham por objetivos: mensurar, acompanhar e controlar as riquezas. Pode-se dizer que os progressos contábeis quase sempre tenham coincidido com os da própria evolução humana.

A origem da contabilidade está ligada à necessidade de registros de comércio. O homem enriquecia, e isso impunha o estabelecimento de técnicas para controlar e preservar seus bens. À medida que o homem começava a possuir a maior quantidade de valores, preocupava-se em saber quanto poderia render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses, tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registro.

Precisar exatamente a época em que se iniciou a história contábil é impossível, os estudos datam segundo as provas que têm atualmente, pelos trabalhos arqueológicos, há mais de 8.000 anos atrás, terminando em 1202, já no século XIII e nossa era quando a sistematização se originou em Toscana, Itália, com a introdução do processo de registros por partidas duplas ou dobradas (FERREIRA, 1985:55)

Não tem-se a época exata em que se iniciou-se a História da Contabilidade, uma vez que não existem provas concretas para sustentar o seu surgimento, ocasionando a divergência de alguns autores com relação ao início. Não há um conhecimento direto sobre quem inventou a contabilidade, mas sabe-se que é uma ciência nobre e antiga que se confunde com a evolução histórica do homem, onde a própria contabilidade conta essa história, com seus registros contábeis valiosíssimos para os historiadores.

É possível afirmar, segundo IUDICIBUS (2000:30), "que a contabilidade é tão antiga quanto à origem do *Homo Sapiens*. Alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas aproximadamente há 4.000 anos Antes de Cristo". Antes disso, o homem primitivo ao inventar os inúmeros instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seu rebanho e ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma de contabilidade. Na invenção da escrita, a representação dos números normalmente tem sido uma precedência histórica. Assim, é possível identificar os primeiros exemplos de contabilidade, no quarto milênio antes de Cristo, entre a civilização suméria-babilônica

Segundo o autor verificou-se desde o início da civilização, o homem se preocupou com aspectos relativos ao controle de seu patrimônio, para que através dele pudesse obter informações relevantes e confiáveis que ajudassem a utilizá-lo da forma mais eficiente possível. Um dos exemplos mais famosos são os artefatos de barro utilizados na antiga Mesopotâmia, na região onde atualmente situa-se o Iraque, na cidade de Uruk em que por meio de estudos chegou-se à conclusão de que tais instrumentos serviam como meio de controle contábil.

CREPALDI (2003:15) também relata um pouco dessa história, mostrando que a contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, onde existem diversos registros de que as civilizações antigas já possuíam esboço das técnicas contábeis. Em termos de registro histórico é importante destacar a obra do Frei Luca Paccioli, *a Summa de arithmética, geométrica, proportioni et proportionalita* publicada em Veneza, em 1494, pouco depois da invenção da imprensa, sendo um dos primeiros impressos do mundo. Esta obra mostra um método empregado por mercadores de Veneza no controle de suas operações, chamado mais tarde de método das partidas dobradas ou método de Veneza.

De acordo com o autor citou contabilidade do mundo medieval, apareceu em 1494, quando o Frei Lucas Paccioli, enfatizou a teoria das partidas dobradas do débito e de crédito, correspondente a números positivos e números negativos, contribuindo para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano. A contabilidade pelo homem primitivo já tinha como objetivo o patrimônio, representado pelos bens adquiridos da natureza, contabilizando de forma rudimentar, na sua cabeça os rebanhos e outros, até encontrar fórmula mais eficiente para processar seus registros, através dos desenhos e gravações nas cavernas que representavam as espécies adquiridas. Nas tábuas de argilas gravavam-se a cara dos animais que se desejavam controlar e o número correspondente às cabeças existentes.

A história da contabilidade mostra que nossa cultura deriva quase que inteiramente de outras culturas e que a contabilidade não foi apenas consequência da evolução do homem, e sim, um alicerce para que tal evolução acontecesse, pois a partir do sistema de contas, que o homem se organizou, dando o passo fundamental para uma evolução mais acelerada, deixando de ser primitivo e passando a raciocinar de maneira organizada, consequentemente com a evolução humana, a contabilidade se tornou o pilar fundamental para um mundo capitalista.

Podendo-se afirmar que um sistema de contabilidade não falta nem mesmo na mais rudimentar das organizações. A contabilidade é uma ferramenta que auxilia na administração das finanças pessoais, a história nos diz até o homem nas cavernas se utilizava de pedras para controlar o seu patrimônio, a história vem provando que a sociedade depende dos registros contábeis, quer no campo governamental, empresarial ou mesmo familiar.

1.1 A CONTABILIDADE NO BRASIL

No Brasil, houve influências tanto da Escola Italiana quanto da Escola Americana, sendo que a primeira foi a que influenciou inicialmente o país, porém foi na Escola Americana que o Brasil se baseou para formação da Lei das Sociedades por Ações, que ocorreu a partir da Resolução nº 220 e da circular nº 179 do BC e para a implantação do ensino acadêmico.

Em 1549, ocorreu a primeira nomeação, feita por D. João III, para contador geral e guarda-livros. O “guarda-livros” era uma espécie de contador que se encarregava da escrituração dos livros mercantis das empresas comerciais. E o “contador geral” era aquele profissional que atuava na área pública.

Somente em 1770 quando Dom José, rei de Portugal, expede Carta de Lei a todos os domínios lusitanos, incluindo o Brasil, é que surge a primeira regulamentação da profissão contábil no país. Nela ficou estabelecida a necessidade de matrícula de todos os guarda-livros na Junta do Comércio, em livros específico.

Segundo SÁ (2008), percebe-se vários acontecimentos marcantes da contabilidade no Brasil, desde as primeiras eras até o século XX, como mostra o quadro 01.

Quadro 01: Evolução da Contabilidade no Brasil

Períodos	Acontecimentos
Era Paleolítica (10 mil anos a.c)	Início da Contabilidade no Brasil, época da criação da "conta" (registro contábil), o homem primitivo habitava as cavernas e produzia pinturas. Podendo ser o registro contábil considerado como a primeira manifestação racional expressa pelo homem.
Séc. XV	Chegada dos primeiros colonizadores no Brasil em 1.500, Pero Vaz de Caminha seria o primeiro contador em terras brasileiras, trazido por Cabral, pois era de costume nas expedições marítimas possuir um profissional da escrita.. Processo das partidas dobradas, Luca Pacioli na Itália, editara o primeiro livro impresso em 1494.
Séc. XVI	Tráfego de escravos, nas expedições marítimas para o transporte de africanos possuía registros contábeis específicos, com levantamento de situações sobre o movimento relativo a cada uma das viagens. Por isso, sempre existia um escrivo ou contador de nau de frota.
Séc. XVIII	Com o apogeu da exploração mineral do ouro no Brasil, (ciclo do ouro em Minas Gerais), houve a imposição do tributo "quinto", estabelecido em 1710 e passou a exigir controles contábeis específicos.
Séc. XIX	Em 1808 foi criado o Banco do Brasil, influências patrimoniais e financeiras modificaram o ambiente econômico. Ampliação do mercado de trabalho do contabilista no Brasil, a consolidação deste de forma oficial, a promulgação no reinado de Dom Pedro II do Código Comercial de 1850.
Séc. XX	Em 1922, estava aprovado o trabalho importante que marcou época na Contabilidade Governamental do Brasil, denominado "Instruções para o serviço de escrituração por partidas dobradas nas Contadorias Seccionais e na Contadoria Central da República".. Em 1924 ocorreu o primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade, na cidade do Rio de Janeiro. Influência da Escola Italiana na literatura Contábil Brasileira. O Patrimonialismo, a partir da década de 30 se introduziu fortemente na cultura contábil brasileira. Criação do Conselho Federal de Contabilidade pelo Decreto-Lei nº. 9.295 de 1946 (surgimento oficial dos bacharéis em Ciências Contábeis). da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações e a CMV – Comissão de Valores Mobiliários pela Lei nº. 6 385/76.

FONTE: Adaptado de SÁ (2008)

Conforme acontecimentos marcantes da contabilidade no Brasil citados pelo autor foram os principais para desenvolvimento da contabilidade no Brasil como pode-se perceber, umas das mais importantes manifestações contábeis brasileira ocorreu no ano de 1808, quando da chegada da corte portuguesa ao país. foi a publicação de

alvará que obrigava os contadores gerais da real fazenda aplicar o métodos das partidas dobradas na escrituração mercantil.

Segundo MARTINS & SILVA (2007:111) através da Lei de Orçamento 317, de 21 de outubro estabeleceu-se o imposto progressivo sobre os vencimentos recebidos dos cofres públicos, título de contribuição extraordinária, que só vigorou nos anos de 1843 a 1845. Essa foi a primeira experiência de implantação do Imposto de Renda, o que só se implantaria na República.

Segundo D'ÁURIA (1948), o Código Comercial Brasileiro, de 1850, qualifica o guarda-livros como preposto do comerciante. Salienta que somente nos últimos anos a profissão de contador é considerada legalmente, tendo sido medida complementar a criação do Conselho Federal de Contabilidade e seus registros, nos Estados. Hoje é obrigatório o registro dos profissionais, para que possam exercer, legalmente, a função de contador.

IUDÍCIBUS & MARION (2002:35) afirmam que o desenvolvimento contábil acompanha de perto o desenvolvimento econômico. Com a ascensão econômica do colosso norte-americano, o mundo contábil volta sua atenção para os Estados Unidos, principalmente a partir de 1920, dando origem ao que alguns chamam de Escola Contábil Norte-Americana.

Conforme cita o autor aparecimento das gigantescas Corporations, sobretudo no início do século atual, aliado ao respeitável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento daquele país, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis norte-americanas. A contabilidade no Brasil sempre esteve em constantes mudanças, entretanto no último século, essas mudanças foram mais intensas.

A legislação comercial a lei 6.404/76, sobre as sociedades por ações mostrou grande avanços, principalmente com as alterações realizadas pela lei nº11638/07 com finalidade de padronização e harmonização entre os países, através das normas internacionais de contabilidade (BRAGA ALMEIDA, 2008); Criação do comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) pela resolução CFC nº 1.55/05, idealizado a partir de objetivos de algumas melhores áreas acadêmicas governamentais e da iniciativa privada. Desenvolveu-se em função das necessidades das convergências internacionais das normas contábeis, centralizando na emissão de normas dessa natureza e processo democráticas na produção dessas informações (CPC, 2010); Criação do projeto do sistema público de escrituração digital (SPED)

pelo decreto nº 6.22/07, fazendo parte do programa de aceleração do crescimento do governo federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. Possuindo como composição três grandes subprojetos: Escrituração contábil Digital, escrituração fiscal digital e a NF-e-Ambiente Nacional (RFB,2010); Criação do simples nacional, um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na lei complementar nº.123/06, aplicável às microempresas e as empresas de pequenos porte, a partir de 01 de junho de 2007(RFB, 2010); Além dessas alterações, enfatiza-se que as entidades mais atuantes no campo contábil têm sido o CFC- Conselho Federal De Contabilidade, o INBRACOM - Instituto dos auditores Independentes do Brasil e a CVM - comissão de valores Mobiliários. Sendo que o banco Central e a Receita Federal também atuam como apoio na legislação contábil.

Dessa maneira, percebe-se que a contabilidade no Brasil segue o seu rumo à evolução. Com o passar dos anos a contabilidade brasileira sofreu a influência de escolas e de pensadores de outros países, que foram relevantes, para desenvolvimento da mesma. Além dessas influências tem vários órgãos, leis, decretos e pronunciamentos ligados a contabilidade, assim como, uma extensa riqueza em metodologia de autores e de obras brasileira, tornando-se dessa forma uma ciências de grande valia para sociedade.

1.2 ORIGEM HISTÓRICA DA FOLHA DE PAGAMENTO NO BRASIL

A folha de pagamento surgiu pela necessidade de se retribuir as pessoas por serviços prestados. Nos tempos mais remotos, como não havia moeda o pagamento por qualquer coisa ou serviço era feito com o sal (sal de cozinha), pela dificuldade de se obter esse alimento na época. Daí a origem da palavra "salário", que vem da palavra sal. Com o advento do salário, veio a necessidade de se criar um sistema específico e simplificado, para se efetuar pagamentos de salários.

Considera-se como origem remota do Centro de Despesa de Pessoal (CDP), a oficialização do "Livro da Folha de Pagamento" e sua rotina, ocorrida em 1.º de julho de 1890, e como o primeiro responsável pelo pagamento de pessoal militar, o Capitão do Corpo Policial Permanente Rodolpho Gregório de Azambuja.

Em pesquisas aprofundadas, verifica-se também a "Relação de Mostra",

da 5.^a Seção, referente ao de ano se 1890 (caixa n.º 086, n.º de ordem 2.348), junto com as respectivas "Folhas". Tal relação constituía-se no balancete geral da folha de pagamento, documento que ainda existe hoje, e é utilizado pela Unidade Gestora Executivo da Diretoria de Pessoal, a sucessora da tesouraria, quando da tomada de verba para pagamento de pessoal militar.

Em particular, no que tange ao processamento da folha de pagamento e seus desdobramentos, referentes aos Policiais Militares ativos e inativos, órgão pagador da Polícia Militar e sua história seguiram o mesmo caminho. A rotina pertinente à folha de pagamento de pessoal sempre existiu, pois se trata de uma necessidade de ordem básica, dentro da corporação, tal atribuição sempre esteve calcada em um Órgão único na corporação, ao qual incumbe desenvolver o sistema de pagamento para Policiais Militares, o Centro de Despesa de Pessoal.

1.3 A FORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

No início do século XX, começou a se desenvolver o mercado de trabalho, no sentido moderno do termo, como a forma predominante de produção de bens e serviços. Durante as primeiras três décadas, o trabalho transformou-se numa mercadoria livremente negociada, já que leis e contratos coletivos eram quase inexistentes (LAMOUNIER, 1988).

Nota-se perfeitamente que autor fez a descrição de como era desenvolvido o mercado de trabalho, notou-se que era feito de forma livre, pois não existia contrato e nem lei que regia os atos administrativos por isso era feita a negociação livremente, de acordo com a situação do momento.

Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo de Estado de Vargas estabeleceu um amplo código de leis do trabalho, o qual marcou o mercado nacional por todo o século. A partir de então, as noções de "formalidade" e "informalidade" foram pouco a pouco sendo construídas. As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho sedimentado sobre tudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos.

A legislação do trabalho estabelecia, de maneira cada vez mais detalhada, quais eram as regras mínimas de relações de trabalho justas. Salário mínimo, jornada de trabalho, férias anuais e muitos outros direitos foram definidos por lei. Acordos coletivos tiveram um papel bastante secundário nesse processo. Muitos direitos

sociais também foram garantidos aos trabalhadores. Os servidores públicos foram os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formais e, conseqüentemente, dos direitos sociais a ele associados.

Até o início dos anos de 1980 o fenômeno hoje identificado como trabalho "informal" era classificado principalmente como subemprego. Para um balanço extensivo que retrata o debate econômico da época, (HOFFMANN, 1980) e (JATOBÁ, 1990). Cada um dos conceitos é mais adequado a um tipo de relação de trabalho, mas têm sido usados de forma relativamente indiscriminada e com limites pouco definidos. De todo modo, a utilização do termo "informalidade" vem, desde meados da década de 1980, se sobrepondo ao termo subemprego, já que este último seria uma das formas da "informalidade".

Percebe-se com a afirmação do autor que pode-se ter conceitos do que é informalidade com o conhecimento do que é formal, através da lei estabelecida pelo governo de Vargas, onde pode chegar ao conhecimento de que o subemprego nada mais é do que uma forma de informalidade.

O contingente de empregados formais em 2010, chegou a 10,2 milhões de pessoas o que corresponde à proporção recorde de 46,3% de toda a população ocupada nas seis maiores regiões metropolitanas do país. Já o total de trabalhadores sem carteira caiu de 15,5% dos ocupados para 12,1%.

A expansão da economia nos últimos anos e o aumento da oferta de trabalho em setores mais formais, houve avanço no que tange à formalização, mas ainda resta "um contingente muito expressivo de trabalhadores na informalidade.

1.4 ORIGEM DA CARTEIRA DE TRABALHO

Instituída pelo Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932 bem antes, portanto, da outorga da CLT por Getúlio D. Vargas em 1943. A Carteira de Trabalho e Previdência Social tornou-se documento obrigatório para toda pessoa que venha a prestar algum tipo de serviço a outra pessoa, seja na indústria, no comércio, na agricultura, na pecuária ou mesmo de natureza doméstica.

No Brasil, inicialmente a CTPS apresentava um caráter facultativo, isto é, a sua expedição e respectivo uso não eram obrigatórios para os obreiros, mas atualmente, a partir de uma leitura mais atenta do artigo 13 CLT, depreende-se que ela - CTPS -

se tornou obrigatória para o exercício de qualquer modalidade de trabalho regido pela legislação consolidada e extravagante. Neste diapasão, é lógico concluir que o estagiário não tem CTPS.

Na esteira das considerações feitas acima, é importante destacar que a obrigatoriedade da CTPS inclui os estrangeiros que eventualmente possuem contrato de trabalho regular no nosso país, ainda que o aludido contrato laboral seja tácito. A Carteira de Trabalho e Previdência Social é hoje, por suas anotações, um dos únicos documentos a reproduzir com tempestividade a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS.

1.5 CARACTERISTICA DA CARTEIRA DE TRABALHO

O Art. 16 da CLT, com a redação dada pela Lei nº. 8.260, de 12. 12. 1991. estipula que a CTPS deverá necessariamente conter: número; série; data de emissão; folhas destinadas às anotações pertinentes ao contrato de trabalho e as de interesse da Previdência Social; fotografia de frente, modelo 3x4; nome, filiação, data e lugar de nascimento e assinatura do empregado; nome, idade e estado civil dos dependentes do obreiro, se houverem; número do documento de naturalização ou data da chegada ao Brasil e demais elementos constantes de identidade de estrangeiro, quando for o caso" (CLT, Art. 16, inciso IV).

A CTPS somente poderá ser fornecida ao empregado mediante a apresentação de: duas fotografias com as características mencionadas no inciso I do Art.16, qualquer documento oficial de identificação pessoal do interessado, no qual possam ser aferidas as informações referentes ao nome completo, filiação, data e lugar de nascimento do obreiro.

Na nova carteira de trabalho - CTPS emitida por meio informatizado - é valorizada a segurança contra fraudes. O documento possui capa azul em material sintético mais resistente de que o usado no modelo anterior é confeccionado em papel de segurança e traz plástico auto-adesivo inviolável que protege as informações relacionadas à identificação profissional e à qualificação civil do indivíduo, que costumam ser as mais falsificadas.

Tais mudanças contribuíram para assemelhar muito a nova CTPS ao passaporte. Na verdade, a carteira de trabalho não deixa de ser um passaporte para que o

cidadão tenha protegidos direitos trabalhistas e previdenciários, como salário regular, férias, décimo - terceiro salário, repouso remunerado e aposentadoria. A cor da carteira de trabalho do estrangeiro no Brasil passa a ser verde e não azul, como a dos brasileiros.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO

Conforme preceitua a lei 8.212/91, Art.32, inciso I, da consolidação da legislação previdenciária – CLP, O uso da folha de pagamento é obrigatório para empregador, a mesma é um documento que deve ser elaborado por todas as empresas no final de cada mês, no qual devem discriminar conforme o artigo 225, inc. I seu § 9º Decreto 3.048/99; discriminar o nome do segurados, indicando cargo, função ou serviços prestados; agrupar os empregados por categorias, assim entendidos; segurado empregado; trabalhador avulso; contribuinte individual; destacar o nome das seguradas em gozo de salário-maternidade; destacar as parcelas integrantes e não; integrantes da remuneração; descontos legais; indicar o numero de quotas de salário; família atribuídas a cada segurados ou trabalhador avulso.

A folha de pagamento tem a função operacional, contábil e fiscal, devendo ser constituído com base em todas as ocorrências mensais do empregado. a folha de pagamento e constituída por proventos (Salário, horas extras adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional noturno, salário familiar, diária para viagem, ajuda de custo) e descontos (cota de previdência, imposto de renda, contribuição sindical, seguros, adiantamentos , faltas e atrasos, vale transporte) pagos pelo empregador.

2.1 OS DESCONTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO

Os descontos da folha de pagamento, de acordo com o Art.46:2 da CLT é de fundamental importância, pois seu principal objetivo é a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, tanto urbano quanto rural . a CLT (consolidação das leis do trabalho) surgiu pelo decreto- Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas. Os descontos são assim classificados: INSS, Imposto de Renda, Vale Transporte, Faltas Injustificadas, Descontos do R.S.R, Contribuição Sindical, Assistência Médica, Odontológica, Farmácia, Seguro ou associação e Descontos Descansos Semanal Remunerado sobre Faltas.

2.1.1 Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é uma autarquia do Governo Federal do Brasil que recebe as contribuições para a manutenção do Regime Geral da Previdência Social, sendo responsável pelo pagamento da aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio acidente, entre outros benefícios previstos em lei. O quadro 02 mostra relação entre contribuição e recolhimento.

Quadro 02: Tabela de Alíquotas do INSS

TABELA VIGENTE Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Janeiro de 2011	
Salário-de-contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
até R\$ 1.106,90	8,00
De R\$ 1.106,91 a R\$ 1.844,83	9,00
De R\$ 1.844,84 até R\$ 3.689,66	11,00

Fonte: Portaria nº 568, de 31 de dezembro de 2010

A tabela demonstrada tem como objetivo servir de base para aplicação das alíquotas para cálculo de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração

2.1.2 Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

A tributação do imposto de renda sobre os rendimentos do trabalho assalariado pago incide sobre: salários, ordenados, soldos, soldadas, subsídios, honorários, adicionais, vantagens extraordinários, suplementação, abonos, bonificações, gorjetas, gratificações, 13º salário, participações, porcentagens, prêmios, cotas-partes em multas ou receitas, comissões, corretagens, vantagens por transferência de local de trabalho, verbas de representações, e outros rendimentos admitidos em lei pela Receita Federal (ARISTEU, 2006:80).

O quadro 03 demonstra uma Tabela Progressiva para o cálculo mensal do Imposto de Renda de Pessoa Física a partir do exercício de 201, ano-calendário de 2010.

Quadro 03: Cálculo do IR de Pessoa Física

Base de cálculo mensal em R\$	Alíquota %	Parcela a deduzir do imposto em R\$
Até 1.499,15	-	-
De 1.499,16 até 2.246,75	7,5	112,43
De 2.246,76 até 2.995,70	15,0	280,94
De 2.995,71 até 3.743,19	22,5	505,62
Acima de 3.743,19	27,5	692,78

Fonte: www.receita.fazenda.gov.br

A tabela demonstrada tem como objetivo servir de base para aplicação das alíquotas para cálculo de imposto de renda da pessoa física que auferir rendimentos brutos mensais a partir do limite de R\$1.499,16, para o exercício financeiro de 2011, ano base 2010.

2.1.3 Vale – Transporte

O vale transporte foi instituído pela Lei nº 7418 de 16.12.85, regulamentada pelo decreto de nº 92.180/85, revogada pelo nº 95.247 de 17.11.87 consistem em benefício que o empregador antecipara ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento. A concessão do vale-transporte autoriza o empregador a descontar, mensalmente, do beneficiário que receber este direito, a parcela equivalente a 6% (seis por cento) de seu salário básico ou vencimento, excluído qualquer adicional ou vantagem, esse desconto está limitado ao custo total utilizado no mês pelo funcionário, a título de vale transporte.

2.1.4 Faltas Injustificadas

O empregado que faltar injustificadamente durante o mês receberá seu salário proporcional aos dias trabalhado. Para este efeito, o salário mensal deve ser dividido pela quantidade de dias que tem o mês, conforme dispõe o parágrafo único do art. 64 da CLT. Assim, para calcular um dia de trabalho do empregado para descontar na folha de pagamento do mês de janeiro, a divisão será por 31 dias. Sendo no mês de fevereiro, a divisão será por 28. Este raciocínio não é aplicado para quem recebe o salário mínimo, pois, a lei que trata especificamente, sobre o salário mínimo, determina que para calcular o salário mínimo/dia, a divisão será por 30.

2.1.5 Descontos do Repouso Semanal Remunerado

De acordo com o Art. 11 do Dec. 27.048/49 perderá a remuneração do dia de repouso o trabalhador que, sem motivo justificado ou em virtude de punição disciplinar, não tiver trabalhado durante toda a semana, cumprindo integralmente seu horário de trabalho. Entende-se que esta regra aplica-se a todos os trabalhadores (inclusive mensalista), pois, ao se aplicar somente aos horistas, estaria-se privilegiando os demais. Assim sendo, o empregado que faltar, injustificadamente, perderá, além do primeiro dia que faltou, perderá também o dia que retornou, da mesma forma, exemplificando, se a falta tivesse ocorrido dia 13.04.99, além do dia, o empregado perderia também os dias 21.04 e 25.04 (domingos e feriados). Esta afirmação está amparada pelo § 4º do art. 11 do Dec. 27.048/49, que considera semana o período de segunda-feira a domingo, anterior à semana que cair o dia do repouso.

2.1.6 Contribuição Sindical

Os empregadores são obrigados a descontar, da folha de pagamentos dos seus empregados relativo ao mês de Março de cada ano, a contribuição sindical por estes, devida aos respectivos sindicatos. Para os empregados, a contribuição sindical consistirá na importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho, assim considerada: a uma jornada normal de trabalho, se o pagamento ao empregado for feito por unidade de tempo (CLT, Art. 582, § 1º, a); a 1/30 da quantia percebida ao mês anterior, se a remuneração for paga por tarefa, em empreitada ou comissão (CLT, Art. 582, § 1º, b).

2.1.7 Assistência Médica, Odontológica, Farmácia, Seguro ou Associação

O desconto, desde que autorizado anteriormente pelo empregado, de valores referentes à assistência médica, odontológica, seguro de previdência privada ou até mesmo de entidade cooperativa, cultural ou recreativa associativa dos trabalhadores sem benefício deles, é considerado lícito pelos nossos tribunais, conforme determina o Enunciado TST n.º 342.

2.1.8 Desconto Descanso Semanal Remunerado Sobre Faltas

As comissões e horas extras pagas com habitualidade refletirão no descanso semanal remunerado (DSR) e os valores que forem apurados incidirão FGTS, INSS e IRRF, estes últimos de acordo com a respectiva tabela em vigor. O Enunciado n.º 27 do TST, determina a remuneração do DSR e dos dias feriados ao empregado comissionista, conforme o caso.

2.2 OS PROVENTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO

2.2.1 Salário E Remuneração

Segundo DELGADO (2005), salário pode ser conceituado como o conjunto de parcelas contra prestativas pagas pelo empregador ao empregado em decorrência da relação de emprego.

GOMES & GOTTSCHALK (1999), na obra Curso de Direito do Trabalho, iniciam a definição de Remuneração seria aí o “conjunto de todos os proventos fruídos pelo empregado, em função da relação de emprego, inclusive as gorjetas”

2.2.2 Adicional Insalubridade

Lei nº 6.514, Art.189 Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em

razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos. (MARTINS, 2007:200).

Segundo Martins citou os trabalhadores que exercem atividade em ambientes insalubres, acima dos limites de tolerância, prescritos pelo Ministério do Trabalho, receberão respectivamente, adicionais de 40%, 20% e 10% dependendo do grau de classificação dos agentes insalubres, onde é definido no artigo 192 da CLT, em função da atividade exercida.

2.2.3 Adicional De Periculosidade

A periculosidade é caracterizada por perícia a cargo de Engenheiro do Trabalho ou Médico do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho (MTIE). Base: Art. 195 da CLT. Lei Nº 6.514, artigo 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aqueles que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (MARTINS, 2007. 207).

Neste sentido, ressalta-se que o tem direito ao adicional de periculosidade o trabalhador que tenha contato permanente com inflamáveis e explosivos que apresentem níveis acentuados. Os empregados que estão envolvidos em atividades perigosas terão direito ao adicional de 30% sobre o salário. É proibido o trabalho do menor em serviços perigosos ou insalubres, conforme quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho.

2.2.4 Adicional Noturno

Decreto Lei Nº 9.666 - Considera-se trabalho noturno o período compreendido entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte. §1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos. Nesse sentido dispõe a CLT Art. 73, o Inciso IX do Art. 7º da Constituição Federal, bem como a Convenção 171 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.005/2004, que trata sobre o trabalho noturno. Contudo, nada impede que seja previsto percentual superior em acordo, convenção ou dissídio coletivo

2.2.5 Adicional Extraordinária

Adicional de horas extras previsto na Constituição Federal é de 50%. Pode ser estabelecido, face ao princípio da norma mais favorável, adicional de horas extras superior a 50% em normas previstas em instrumentos coletivos (respeitado o período de vigência da norma coletiva) ou no contrato individual de trabalho (Art. 444 da CLT).

2.2.6 Horas Extras

A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de duas horas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, devendo o empregador pagar, pelo menos, 50% sobre a hora normal. Art. 58. A duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá a 8 (oito horas) diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

2.2.7 Adicional de Transferência

Qualquer transferência (provisória ou definitiva) que importe em mudança de domicílio do empregado é proibida sem o seu consentimento expresso, conforme Artigo 469 da CLT. Considera-se transferência de acordo com a CLT, portanto, a mudança de local de trabalho que não importe em mudança de domicílio.

2.2.8 Ajuda de Custo e Diária pra Viagem

Conforme determina o Art. 457, § 2º da CLT e Enunciado TST nº 101: Não incluem, nos salários, as ajudas de custo e as diárias para viagem que não excedam a 50% do salário recebido pelo empregado. Art. 457 - § 2º - Não se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado.

De acordo com a CLT, as diárias para viagem são valores pagos habitualmente ao empregado para cobrir despesas necessárias, tais como: alimentação, transporte,

hotéis, alojamento, para realização de serviços externos. Conta no cálculo do salário para efeito de indenização.

2.2.9 Salário Família

O Salário Família é benefício previdenciário que tem direito o segurado empregado e o trabalhador avulso que tenha salário- de – contribuição inferior ou igual a remuneração máxima da tabela do salário família. Uma quota de salário-família é fixada pela Previdência Social. Tem direito a ela os filhos com até 14 anos ou inválidos. Cada filho tem direito a uma quota.

Quadro 04: Tabela Salário Família

REMUNERAÇÃO (R\$)	SALÁRIO FAMÍLIA (R\$)
Até 573,91	29,43
De 573,92 até 862,60	20,74

Fonte: Portaria Interministerial MF/MPS 407/2011

O salário família que, embora seja pago pelo patrão, seu valor é deduzido da contribuição feita ao INSS por se tratar de um benefício previdenciário. O valor do salário-família é reajustado periodicamente, por isso, antes de pagá-lo, convém certificar-se do valor. Uma quota de salário-família é fixada pela Previdência Social. Tem direito a ela os filhos com até 14 anos ou inválidos. Cada filho tem direito a uma quota.

2.2.10 Salário Maternidade

A CLT preceitua em seu Art. 393 que durante o período de 120 dias, sendo 28 dias antes e 92 após o parto, a mulher terá direito ao salário integral e quando variável, calculado de acordo com a média dos 6 (seis) últimos meses de trabalho. Tal salário representa o que se convencionou denominar salário-maternidade, constituindo-se hoje um benefício de natureza previdenciária, custeado pelas contribuições dos empregadores calculadas sobre a folha de pagamento.

2.2.11 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado pelo Governo Federal, com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. No início de cada mês, os empregadores depositam, em contas abertas na CAIXA, em nome dos seus empregados, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário.

O percentual de 8% do FGTS não é recolhido somente sobre o valor do salário recebido pelo empregado. Incide, também, sobre o valor das horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, trabalho noturno, 13º salário, valor das férias e sobre o valor do aviso prévio trabalhado ou indenizado.

2.2 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Segundo Osni Moura Ribeiro (2010), para contabilizar os gastos constantes da folha de pagamento, duas situações precisam ser consideradas: etapas da contabilização e quantidade de lançamentos envolvidos.

Quadro 05: Etapas de procedimentos de contabilização

Processo de contabilização		
Etapa da contabilização	1ª etapa: No último dia de cada mês, para apropriar as despesas, compensar direitos da empresa junto aos empregados e registrar a respectiva obrigação;	2ª etapa: Nos primeiros dias do mês seguintes, para registrar a liquidação da folha pagamento de todas as obrigações
Quantidades de lançamentos	1. Registro do valor bruto da folha. 2. Registro dos descontos no salário bruto dos empregados (retenções e/ou compensações. 3. Registro dos descontos no salário bruto dos empregados (retenções e/ou compensações. 4. Registro dos demais encargos sobre a folha.	5. Registro da liquidação da folha:

Adaptado pela autora do trabalho. MOURA (2010).

Normalmente, uma folha de pagamento poderá ser contabilizada por meio de cinco lançamentos que, mês a mês, se repetem no livro diário da empresa (não havendo pagamentos salário-família, quatro lançamentos serão suficientes).

2.3.1 Lançamentos Contábeis

Os lançamentos contábeis são os que compõem a escrituração contábil em qualquer empresa. Como esclarecimento para este trabalho, pode-se admitir a inexistência do governo, isto é, sem considerar a legislação pertinente, para efeito de demonstração.

2.3.2 Lançamento do Pagamento no Final do Mês de Trabalho

Quando o pagamento do salário é feito no final do mês no momento da ocorrência do fato gerador, a empresa deve efetuar o seguinte lançamento contábil:

D = Despesas com salários

C = a Caixa

Tem-se assim, uma despesa (despesa com salários, salários, ordenados, ou ainda, despesas com folha ou pessoal), que é a conta a ser debitada, e uma conta creditada, como, no caso, a conta caixa, que poderia ser também a conta bancos ou conta Movimento. Utiliza-se um lançamento de 1ª fórmula para registrar o fato, e que este é um fato contábil modificativo diminutivo

2.3.3 Lançamento do Pagamento no mês seguinte

A empresa deve, ao final de cada mês ou pela ocorrência do fato gerador da despesa, reconhecer a despesa com salários, adequando-se aos ditames do princípio contábil da competência, além de providenciar o registro do seguinte lançamento:

D = Despesas de salários

C = a Salários a pagar

Segundo o princípio da competência deve-se considerar incorrida uma despesa pelo surgimento de um passivo sem o correspondente ativo. É um lançamento de 1ª fórmula e de um fato contábil modificativo diminutivo.

2.3.4 Lançamento no Mês do Efetivo Pagamento

No mês do efetivo pagamento depara-se com um fato contábil permutativo, pois deve ser quitada uma obrigação, fato que gera alteração qualitativa do patrimônio com diminuição do ativo circulante e do passivo circulante de igual valor, isto é, não há alteração no PL. O lançamento contábil e admitindo que ele seja efetuado em dinheiro, deve ser o seguinte:

D = Salários a pagar

C = a Caixa

2.3.5 A incidência do INSS e outros encargos do trabalhador

A contabilização da folha de salário do empregado, com salário e adiantamento salarial a ser descontado em três parcelas mensais e considerando, ainda, a contribuição previdenciária, passa a ter o seguinte lançamento contábil:

D= Despesas com salários

C= a INSS a recolher

C= a Adiantamento de salários

C= a Caixa/bancos

Nota-se que a escrituração da folha de salários, relativamente à contribuição previdenciária a cargo do empregado, trouxe uma obrigação à empresa, pois, pela legislação vigente, ela está obrigada a reter do empregado a quantia devida ao INSS e recolher esse valor até o segundo dia do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador.

2.3.6 A incidência do IRRF na fonte

O desconto decorrente da legislação fiscal, mais especificamente o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte (IRRF) é mais uma obrigação do empregado, cuja retenção e recolhimento são de responsabilidade do empregador. A escrituração contábil da folha de pagamento, considerando também o IRRF, passará a ser a seguinte:

D= Despesas com salários

C= a Adiantamento de salários

C= a INSS a recolher

C= a IRRF a recolher

C= a Caixa/bancos

Observa-se que o lançamento utilizado é de 2ª fórmula (uma conta debitada e duas ou mais contas creditadas). Poder-se-ia efetuar a escrituração desse fato, mediante a utilização de diversos lançamentos de 1ª fórmula, nos quais seria debitada, sempre, a conta despesas com salários e creditada a respectiva conta de onde provém o recurso para suportar a despesa.

2.3.7 Outras deduções salariais suportadas pelo empregado

Existem, ainda, outros encargos suportados pelos empregados que são das mais variadas naturezas, isto é, para escrituração contábil devem ser considerado sempre o débito da conta despesas com salários e creditar a conta correspondente a recolher ou a repassar". Os principais encargos suportados pelo empregado são decorrentes de liberalidade ou por decisão judicial com a pensão alimentícia.

2.3.8 Encargos adicionais da empresa

O empregador, além do salário, possui encargos que devem ser por ele suportados. Dentre esses ônus, os principais são a Contribuição para a Previdência Social, o FGTS e as provisões para o 13º salário e a provisão para férias.

2.3.9 Seguridade Social

A Constituição Federal de 1988, no Art. 195, assevera que a Seguridade Social deve ser financiada por toda a sociedade. Os empregadores não poderiam ficar à margem dessa contribuição. Eles estão obrigados ao pagamento de um percentual ao INSS (geralmente 20%) sobre a folha de salários. O lançamento contábil é o seguinte:

D= Despesas com INSS

C= a INSS a recolher

2.3.10 Depósitos do FGTS

É mais uma obrigação constitucional imposta aos empregadores. A alíquota vigente é de 8%. Portanto, as despesas com FGTS cujo lançamento pertinente é o seguinte:

D= Despesas com FGTS

C= a FGTS a recolher

2.3.11 Provisão para o 13º salário e para Férias

Apenas 1/12 do salário de cada mês deve ser provisionado a título de 13º e o mesmo valor acrescido de 1/3 a título de provisão para férias.

D = 13 salário

C= A provisão para 13º salário

C= A caixa

Pagamento do 13º salário, conf. folha

Recolhimento do INSS, conf. guia

Recolhimento do FGTS, conf. guia

3 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA EMPRESA SCARAVELLI MOTOS ME

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa analisada Helton Jose Scaravelli Me trata-se de uma filial, constituída em 01 de julho de 2005, inscrita no CNPJ: 82.056.789/0001-67 localizada na rua nova de Santana s/n Cidade de Itaituba Estado do Pará. Esta classificada na atividade econômica principal sob o código 45.41-2-05 - comércio varejista de motocicletas e motonetas novas, e nas atividades secundarias sob os códigos de atividades econômicas: 45.41-2-05- comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas, 45.43-9-00- manutenção e reparação de motocicletas e motonetas.

3.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Os resultados descritos a seguir são aqueles que procuram atender os objetivos da pesquisa, e são apresentados da seguinte maneira: resultados dos questionários aplicados ao gestor responsável pela administração da empresa. o qual buscou evidenciar o conhecimento do gestor em relação a contabilização da folha de pagamento, tais como: descrição dos proventos e dos encargos incidentes e contabilização lançamentos da mesma.

Nas questões 1, 2 e 3 tratam-se da discriminação dos dados sobre a função do gestor e grau de instrução. O qual possui o ensino superior incompleto. A contabilidade da empresa conforme afirma a questão 2 e 3 e feita externa tendo determinado escritório de contabilidade dispondo informações contábeis, um dos motivos da contabilidade ser feita externa por falta de conhecimento sobre assunto e também, por redução de custo.

Nas questões 5, 6 e 7 relatam os conhecimentos do gestor que afirma não ter conhecimento da contabilidade gerencial. O gestor apesar de conhecer os encargos incidentes na folha de pagamento da empresa, não tem conhecimento quanto a contabilização e os lançamentos referentes aos encargos da folha de pagamento.

Ao analisar as questões 7, 8 e 9 foram detectadas que a empresa não tem seu modelo de folha de pagamento e nem o holerite, e também não faz provisão da mesma. onde pode-se verificar um ponto fraco da empresa, pois a provisão é de extrema importância por ter a finalidade de fazer cobertura a perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido, ainda, o correspondente desembolso ou perda. Em atenção ao regime de competência, entretanto, há necessidade de se efetuar o registro contábil.

Nas questões 10, 11 e 12 o gestor afirma que não possui entendimento da lei que ampara os descontos e proventos da folha de pagamento, e também não possuem nenhum conhecimento sobre os benefícios e serviços para reduzir encargos sociais e portanto, não conhece as técnicas de contabilização da folha de pagamento.

Para concluir a análise das questões, finaliza-se com as questões 12 e 13 afirmam que a empresa não possui uma gestão que pode levar a redução dos encargos sociais sem a necessidade de cortes diretos dos empregados. Com base na resposta conclui-se por bem sugerir modelo de folha de pagamento e holerite e a importância da empresa fazer a provisão da folha de pagamento.

3.3 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA EMPRESA

O uso das ferramentas contábeis adequadas é para permitir contabilizar as operações realizadas pela empresa, facilitando análise e compreensão do comportamento das contas e suas classificações no balanço patrimonial. Desta forma torna-se necessário a sugestão para aplicação dos lançamentos contábeis pertinentes a contabilização da folha de pagamento da empresa.

Após a análise do questionário respondido pelo empresário, detectou-se que na empresa não confeccionava folha de pagamento. era feito o simples recibo, sem descrição dos encargos sociais, pelo simples fato de a empresa apresentar o quadro de funcionários reduzido, o Gestor responsável pela administração da empresa não achava necessário confeccionar a folha, devido não ter conhecimento da obrigatoriedade da mesma, e nem da lei 8.212/9, que regulamenta a questão em seu Artigo.32, O que levou a sugerir modelo de folha de pagamento, no qual foram consideradas os descontos e proventos de acordo com a estrutura funcional da empresa.

3.3.1 Sugestão de modelo de folha de pagamento

Com base nos resultados das respostas do questionário, sugere-se um modelo simplificado de folha de pagamento, mais que contenha todo o detalhamento referente aos benefícios e descontos que devem conter um formulário de folha de pagamento.

Figura 05: Sugestão de modelo de Folha de Pagamento

HELTON JOSÉ SCARAVELLIME CNPJ 82.056.789/0001-67 FOLHA DE PAGAMENTO 01 À 31 DE JULHO DE 2011											
N.º	FUNCIONÁRIO	FUNÇÃO	RENDIMENTOS		TOTAL (A)	DEDUÇÕES			Salário Família (C)	LÍQUIDO À RECEBER (A-B+C)	Assinatura do Funcionário
			Salário	Horas Extras		INSS	Contribuição Sindical	TOTAL Dedução (B)			
1	Katia Cardoso dos Santos	Vendedora	545,00		545,00	43,60		43,60	-	501,40	
2	JÓSE ADENILSON silva	A. Adm	545,00		545,00	43,60		43,60		501,40	
	TOTALIZAÇÃO		1.090,00	-	1.090,00	87,20	-	87,20	-	1.002,80	

Fonte: Modelo Adaptado Pela Autora do Trabalho, GONÇALVES (2010)

Para sua elaboração não existe modelo oficial, ou seja, podem ser adotados critérios que melhor atendam as necessidades de cada empresa. Uma folha de pagamento, por mais simples que seja, apresenta pelo menos os seguintes elementos:

- Discriminação do nome dos empregados (segurados), indicando cargo,
- função ou serviço prestado;
- Valor bruto dos salários;
- Valor da contribuição de Previdência, descontado dos salários;
- Valor líquido que os empregados receberá.

3.3.2 Sugestão de Modelo de Holerite

Holerite ou demonstrativo de pagamento é um documento emitido pelo empregador no qual se especificam os ganhos e despesas de um funcionário, como o salário no mês vigente, os descontos como vales, encargos, impostos e pensões e também os acréscimos, como salário-família e gratificações.

Quadro 07: Modelo de Holerite

DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO		
HELTON JOSE SCARAVELLI ME		
CNPJ n.º 82.056.789/0001-67 – Rua Nova de Santana, s/n, Bela Vista – Itaituba-PA		
Nome do Funcionário (a): Kátia Cardoso dos Santos		Função: Vendedora
DESCRIÇÃO	RENDIMENTOS	DESCONTOS
Salário	545,00	
Salário Bruto 13º Salário	540,00	
Adiantamento da 1ª Parcela do 13º 12/12 avos		270,00
INSS		43,20
Total de Desconto		313,20
Líquido a Receber	226,80	

Salário Base	Sal. Cont. INSS	Base Cál. FGTS	FGTS do mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
540,00	540,00		-	-	-

Fonte: Modelo Adaptado Pela Autora do Trabalho, GONÇALVES (2010)

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

____/____/____

Assinatura do Funcionário

3.3.3 Sugestões Contabilização da Folha de Pagamento

Apresenta-se os lançamentos contábeis que são sugestões a empresa com base na sua movimentação real da folha de pagamento, considerando a existência do governo e a legislação pertinente a CLT.

O primeiro lançamento é: **Provisão Salário Bruto**

D – Salários

C – Salários a Pagar

Provisão Salários Brutos referentes ao mês, Cria-se uma Obrigação;

INSS é desconto para o empregado, pago para INSS (é recolhido pela empresa).

Provisão INSS

D – Salários a Pagar

C – INSS a Recolher

IRRF é desconto para o empregado, pago para IRRF (é recolhido pela empresa)

Provisão IRRF

D – Salários a Pagar

C – IRRF a Recolher

Pagamento de Salários referente ao mês de competência

D – Salários a Pagar

C – Caixa

Pagamento de INSS

D – INSS a Recolher

C – Caixa

Pagamento de IRRF

D – IRRF a Recolher

C – Caixa

Pagamento de FGTS

D – FGTS a Pagar

C – Caixa

3.4 SUGESTÃO DE MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL

No balanço patrimonial sugerido é demonstrado aonde são classificadas todas as contas referentes aos pagamentos de salários, benefícios e descontos contidos na folha de pagamento, nos seus devidos grupos e subgrupos, esclarecendo ao empresário como está sendo disponibilizada toda a movimentação executada no exercício financeiro da empresa.

Quadro 08: Modelo do Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE Caixa Cliente Duplicatas a receber Provisão para devedores duvidosos ATIVO NÃO CIRCULANTE Realizável a Longo Prazo Investimento Imobilizado Veículo Prédio Depreciação Intangível Marcas E Patentes	PASSIVO CIRCULANTE Fornecedores Folha De Pagamento Obrigações Trabalhistas prev Provisão Para Folha De Pagamento Provisão Para 13º Provisão Para Férias Provisão Para Comissão Provisão Para Contribuição Previdenciária PASSIVO NÃO CIRCULANTE Patrimônio Líquido
Total do Ativo	Total do Passivo

Demonstração do Balanço Patrimonial adaptada pela autora do trabalho, RIBEIRO (2010)

Observa-se que as obrigações trabalhistas como: salários a pagar encargos sociais e FGTS a recolher são classificados no passivo circulante devido serem todas obrigações

CONCLUSÃO

Este estudo teve como foco, a contabilização da folha de pagamento e seus encargos, tanto a parte teórica referente à descrição dos descontos e proventos existente na folha de pagamento, onde foram descritos os principais descontos, que são o INSS, Imposto de Renda, Contribuição Sindical, Vale Transporte, Assistência Médica, Odontológica, Farmácia, Seguro ou Associação, faltas e atrasos, adiantamentos e o desconto descanso semanal remunerado sobre faltas, todos estes descontos são devidos aos funcionários que conforme já visto serão descontados da folha de pagamento conforme salário percebido.

Quanto a parte prática, foram apresentados os lançamentos da contabilização da folha de pagamento, que mês a mês se repetem no livro diário da empresa, ficando claro para o gestor que não havendo pagamento de salário família, quatro lançamentos serão suficientes. Foram também demonstrados, como ficam as movimentações e classificações das contas da folha de pagamento na demonstração do Balanço Patrimonial.

A folha de pagamento desempenha um papel importante em uma empresa por várias razões, umas delas, do ponto de vista contábil, a folha de pagamento é imprescindível, porque os salários e encargos sociais afetam consideravelmente o lucro da empresa.

No terceiro capítulo foi feita análise das respostas de um questionário sobre a folha de pagamento respondido pelo empresário, e com base nas respostas foi sugerido a empresa que adotasse um modelo de folha de pagamento e de holerite, para que o gestor pudesse administrar melhor os recursos humanos da empresa.

Este trabalho é de suma importância, para acadêmicos de contabilidade, administração, funcionários e empresários em geral, pois teve seu objetivo alcançado através do estudo de caso, que teve como finalidade demonstrar e descrever a contabilização da folha de pagamento e encargos sociais na empresa Scaravelli Motos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Hugo R.; ALMEIDA, Marcelo C. **Mudanças Contábeis na Lei Societária**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL (Leis etc) CLT Elaboração Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos santos windt e Livia céspedes.- 8. ed São Paulo: Saraiva, 2010

CESPEDES.-8.ed.atual.e aum.-SÃO PAULO: 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em 10 de março. de 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

D'ÁURIA, Francisco. **Primeiros Princípios de Contabilidade Pura**. São Paulo, 1948.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo, LTR. 4. ed, 2005.

Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em 22 de MARÇO de 2011.

Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br> Acesso em 16 de Julho de 2011

Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/> acesso em 26/03/2011

Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ctps/historico.asp>- Acesso em 23 de abril de 2011

FERREIRA, Anete C. Costa. **Historicidade da Ciência Contábil**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 1985. p. 50 – 72.

Folha de São Paulo. Autor: Pedro Soares DISPONIVEL

<http://www.relacoesdotrabalho.com.br/profiles/blogs/na-folha-de-sp-ib-je-destaca>

GOMES, Orlando e GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**, 15ª Edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, 1999.

Gonçalves, Gilson. **Resumo Prático de folha de Pagamento**. Gilson Gonçalves./5ª Ed.(ano 2009).1ªreimpr./Curitiba:Juruá,2010.160p.

HOFFMANN, H. (1980), **Desemprego e sub-emprego no Brasil**. São Paulo, Ática

IUDÍCIBUS, Sérgio D. **Teoria da Contabilidade**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2000

IUDICIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2000.

- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JATOBÁ, J. A. (1990), "**Pesquisa sobre mercado de**
- LAMOUNIER, V. L. (1988), ***Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços***
- MARTINS, Sérgio. **Comentários à CLT**. São Paulo: Atlas, 2007.
- OLIVEIRA, Aristeu. **Manual Consolidação da legislação previdenciária**. 11 ed. São Paulo: atlas, 2002.
- OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Prática Trabalhista**. São Paulo: Atlas, 2006
- Portaria nº 568, de 31 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://www.mpas.gov.br/](http://www.mpas.gov.br/projeto/apresentacao.htm) acesso em 25/03/2011.
- projeto/apresentacao.htm>. Acesso em: 19 de maio. de 2011.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 7ª.ed.- São Paulo Saraiva, 2010.
- SÁ, Antônio L. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. fonte: site WWW.cdp.polmil.sp.gov.br
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Carlos Ribeiro da. **História do Pensamento Contábil**, Curitiba, Juruá, 2007.
- SIMPLESNACIONAL. Disponível em <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/sobre/perguntas.htm>>. Acesso em: 19 de maio. de 2011.
- SPED. Disponível em: www1.receita.fazenda.gov.br/sobre
- SUSPENSÃO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA. Disponível em: <<http://www.crcrs.org.br/noticias/aviso.htm>> Acesso em 21 de maio. de 2011
- trabalho na América Latina: o estado das artes**". *Literatura Econômica*, 12: 3-

ANEXOS



QUESTIONÁRIO

Nome:

1) Qual o grau de instrução:

2) A contabilidade da empresa e feita interna ou externa ?

3) Se e externa por que?

4) Você entende sobre a contabilidade gerencial

5) Você sabe como e feita a contabilização da folha de pagamento:

6) Você sabe quais os encargos incidente na folha de pagamento de sua empresa?

7) A empresa tem um modelo da folha de pagamento para empresa?

8) A empresa tem modelo de holerite?

() sim () não

9. A empresa faz provisão da folha de pagamento:

☐ sim

☐ não

10. Você sabe como e feito os lançamentos da contabilização da folha de pagamento?

☐ sim

☐ não

11. Você tem conhecimento da lei para a redução dos encargos sem reduzir ainda mais salários pagos:

☐ sim

☐ não

12. Você conhece os benefícios e serviços para reduzir encargos sociais?

☐ sim

☐ não

13. A empresa possui alguma gestão que pode levar a redução dos encargos sociais sem necessidade de corte de direitos dos empregado?

☐ sim

☐ não

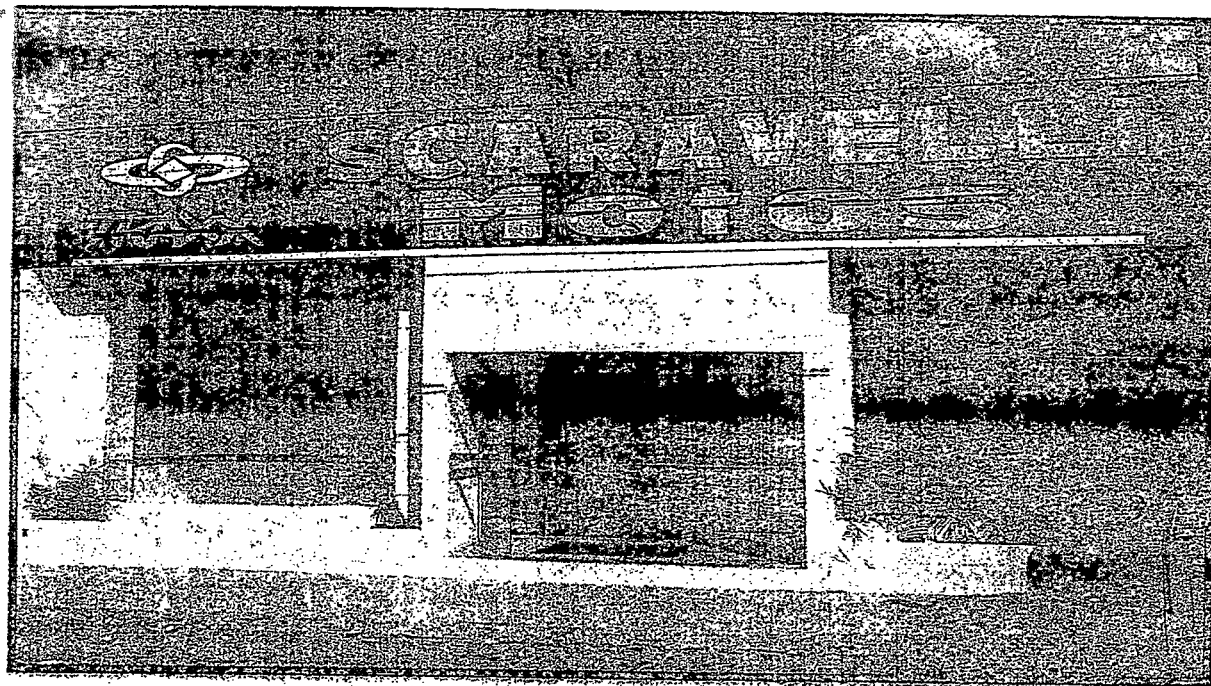
14. Qual a melhor vantagem e registra a empregado ou deixa ilegal?

☐ registra

☐ ilegal

Empresa Analisada

Fonte: fotografia tirada pela autora do TCC





FAI - FACULDADE DE ITAITUBA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE MONOGRAFIA

- 1) TÍTULO: Contabilização da folha de pagamento e encargos sociais**
- 2) TEMA DE ESTUDO: CONTABILIZAÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO (Análise na Empresa Scaravelli Motos Itaituba-PA)**
- 3) JUSTIFICATIVA**

O tema escolhido demonstrará a contabilização da folha de pagamento e encargos sociais na, empresa scarevelli motos.

Em uma empresa, folha de pagamento é a soma de todos os registros financeiros: vencimentos, salários, bônus e descontos. Em contabilidade, folha de pagamento refere-se ao montante pago aos empregados para serviços prestados durante um determinado período de tempo..

A Folha de pagamento tem função operacional, contábil e fiscal, devendo ser constituída com base em todas as ocorrências mensais do empregado. É a descrição dos fatos que envolveram a relação de trabalho, de maneira simples e transparente, transformado em valores numéricos, através de códigos, quantidade, referências, percentagens e valores, em resultados que formarão a folha de pagamento. A folha de pagamento desempenha um papel importante em uma empresa por várias

razões. De um ponto de vista contábil, folha de pagamento é crucial, porque os salários e encargos sociais afetam consideravelmente o lucro da empresa e é regulamentado na legislação de cada país, ou melhor, segue uma normatização e implica: direitos e deveres.

a importância da Contabilidade Gerencial na administração das empresas, e o papel do contador como principal facilitador dessa tarefa, os usuários mais freqüentes da Contabilidade, as demonstrações contábeis exigidas pela Legislação. Será apresentada de forma resumida a teoria do fluxo de caixa e a necessidade de se conhecerem os custos dos produtos e serviços para melhor administrá-los. E por fim, a definição sobre sistema de informação contábil e sua classificação, assim como, a importância da tecnologia de informação na empresa.

No campo da tributação nas empresas, observa-se cada vez mais o desenvolvimento da informática na contabilidade, destacando-se a escrituração eletrônica, surgindo a partir de aspectos oriundos da evolução da TI, especialmente a Internet, constituindo novas formas de relacionamento em função das exigências legais com o contribuinte, evidenciando a prestação de serviços sem muitas vezes, a necessidade da presença física. Diante deste quadro de transformações, o presente trabalho de conclusão de curso tem como proposta de estudar a contabilidade gerencial a partir verificação da importância da TI, para suporte da tomada de decisão e gerenciamento da empresa.

Sendo assim, este trabalho se apresenta na seguinte maneira: no primeiro momento desenvolve o contexto geral analisando-se a contabilidade de forma integral, a importância da internet no contexto atual, assim como o desenvolvimento da idéia de gestão de micro empresa através das informações contábeis, no momento seguinte analisa-se a contabilidade gerencial e a importância no contexto empresarial. Já no terceiro momento tem por objeto a forma de como a micro empresa Evandro utiliza a informação da contabilidade gerencial, para o desempenho da empresa.

4) PROBLEMA / PROBLEMATIZAÇÃO

O cenário empresarial está em constante evolução, e para que se consiga acompanhar essas mudanças uma empresa precisa cada vez mais valorizar o

controle de sua contabilidade. O controle contábil nas pequenas empresas ainda necessita de um grande aperfeiçoamento, ponto este que além de facilitar sua administração, torna-se imprescindível para um bom desempenho e perpetuação dos negócios.

É importante ressaltar que, com o grande aumento da concorrência, poucas são as empresas que conseguem se manter por muito tempo no mercado. Diante deste cenário, fica evidenciada a importância das informações advindas da contabilidade gerencial, como auxílio no processo decisório, pois elas se caracterizam pela interpretação dos relatórios contábeis para facilitar o entendimento dos administradores. De posse dessas informações as decisões podem ser tomadas de forma mais acertada.

Fica claro que é necessário adotar caminhos para que a informação contábil se transforme em ferramenta de ação administrativa e se torne um instrumento gerencial. Esses caminhos devem ser trilhados na maioria das vezes pelos contadores. Diante de todas essas constatações, sentiu-se a necessidade de responder o seguinte problema:

A Contabilidade Gerencial é realmente aplicada na microempresa EVANDRO do setor REVENDA DE MERCADORIAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS NO município de ITAITUBA?

5) Objetivo Geral:

- > Identificar se a contabilidade gerencial é aplicada na microempresa Agro-roça de revenda de mercadorias e implementos agrícola no município de Itaituba?

6) Objetivos Específicos:

- a) Apresentar o nível de participação do profissional de contabilidade no âmbito interno da microempresa do setor de revenda de mercadorias e implementos agrícolas de Itaituba;

- b) Identificar os relatórios contábeis utilizados pela empresa pesquisada, para tomada de decisão;
- c) Verificar as informações geradas pela contabilidade que são utilizadas no processo decisório da microempresa, objeto de estudo.
- d) Identificar as principais decisões que são tomadas pelos administradores dessas empresas.

7) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ORIGEM DA CONTABILIDADE

A contabilidade existe desde o surgimento da humanidade. Com o passar dos anos, o homem foi acumulando riquezas e a comunidade crescendo, fazendo com que surgisse a necessidade de novas formas de cuidar dos seus bens. Então, a partir daí, surgiram os primeiros vestígios de um registro contábil e com ele a história da contabilidade.

Admite-se, pois, que há cerca de 20.000 anos, o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, de forma primitiva buscava, assim memorizar aquilo que dispunha e que não precisava mais buscar na natureza, porque armazenava. (SÁ, Antonio Lopes, 1997, pg. 20)

Mediante as dificuldades que sofreu o mundo ocidental, os grandes estudiosos (como frei Luca Pacioli e tantos outros religiosos que escreveram a história da contabilidade), não deixaram de criar e inovar, buscando conhecer melhor a matemática e a aritmética, e usá-la para melhorar as técnicas contábeis.

A CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade é uma ciência que surgiu da necessidade de se ter informações sobre a riqueza que se possui e, com o passar do tempo, do patrimônio como um todo (HOSS, 2006). Esta evolução deu a tal ciência uma conotação mais relevante, conforme afirma CREPALDI, a contabilidade é um instrumento da função administrativa que tem como finalidade controlar o patrimônio das entidades, apurar o resultado das entidades e prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis. (CREPALDI, 2002;16.)

Ainda para CREPALDI (2002) “é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos nele ocorridos (...)”. Nota-se, portanto, que a contabilidade pode ser de fundamental importância para a empresa, pois, assim terá controle do seu patrimônio e poderá obter as informações necessárias para tomada de decisão a qualquer momento. Tais informações são geradas através de relatórios como Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Valor Adicionado e, demais relatórios internos chamados de gerenciais, os primeiros são destinados, geralmente, aos usuários externos e os relatórios gerenciais visam atender a necessidades de informações internas.

HOSS (2006) define os usuários das informações contábeis como externos e internos a organização. Ele cita como exemplo de usuários externos os fornecedores, o fisco, os clientes, bancos, etc. Já os usuários internos são considerados por ele, os próprios proprietários, administradores e funcionários, os quais determinam como serão os relatórios dependendo da informação que necessitem.

Observa-se, então, que a contabilidade pode oferecer várias ferramentas que auxiliam na gestão e, principalmente, na tomada de decisão. Assim destacamos a contabilidade gerencial, voltada principalmente ao usuário interno que tem a liberdade de moldá-la de acordo com sua necessidade de informação, utilizando os registros e controles contábeis para conduzir a entidade.

Portanto, a contabilidade gerencial se diferencia da contabilidade financeira,

pois, esta é relacionada com o fornecimento de informações para os acionistas, credores e outros que estão fora da organização.

Para IUDÍCIBUS, a Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório. (IUDÍCIBUS, 1987:15.)

Ou seja, a contabilidade gerencial pode apresentar uma visão mais clara da situação de uma entidade, pois, não tem uma regra a seguir, a não ser a de facilitar e auxiliar na tomada de decisão.

Segundo Horngren, A contabilidade gerencial refere-se a informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização. Em outras palavras, a contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais. (HORNGREN, 2004:04.)

Pode-se dizer então, que a contabilidade gerencial pode medir o desempenho econômico de uma empresa, fornecendo dados à administração, ajudando a melhorar seu desempenho no sentido de atingir as suas metas. Desta forma a Contabilidade Gerencial preocupa-se com a informação contábil útil à administração. (ANTHONY: 1979).

INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL

A informação gerencial contábil, por definição, tem como alvo os gestores dentro da organização. A complexidade das organizações, com seu processo de departamentalização e divisão em unidades de negócio com objetivos próprios, criaram a demanda de uma ferramenta que mensure o desempenho destes setores ou unidades. É importante que os gestores saibam de forma se as estratégias

adotadas a nível organizacional suprem as necessidades das partes envolvidas para que os objetivos sejam cumpridos.

Um exemplo disto seria o lançamento de uma coleção em uma indústria têxtil. Não é possível, no momento do desenvolvimento, prever o volume de vendas de cada novo item. As informações gerenciais contábeis podem, por exemplo, ajudar na decisão de descontinuar determinados itens que não alcancem o volume mínimo de vendas para que o ponto de equilíbrio seja alcançado. A análise da operação como um todo poderia apontar lucro, entretanto, a retirada de alguns itens maximizaria o lucro.

ATKINSON et al. (2000:37) amplia este exemplo à nível organizacional quando afirma que, "a informação gerencial contábil mede o desempenho econômico de unidades gerenciais descentralizadas, como as unidades de negócios, as divisões e os departamentos".

Outra afirmação de ATKINSON et al. (2000:37) reforça o exemplo dado com relação à linha de produtos dizendo que "medidas da condição econômica da empresa, como as de custos e lucratividade dos produtos, dos serviços, dos clientes e das atividades das empresas estão disponíveis".

A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se encaixem de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador. Considera-se que este modelo leva em conta cursos de ação futuros; informes sobre situações passadas ou presentes só são utilizados se apresentarem algum elemento que possa influenciar as ações futuras, como modelos comparativos, por exemplo.

De maneira geral, portanto, afirma-se que todo procedimento, técnica, informação ou relatório contábil feitos "sob medida" para que a administração os utilize na tomada de decisões entre alternativas conflitantes, ou na avaliação

de desempenho, recai na contabilidade gerencial (IUDÍCIBUS:1998).

A gestão contábil só será efetiva numa organização se for acompanhada de um controle permanente, que medirá o desempenho das atividades executadas, protege os ativos e o patrimônio institucional, disciplina o relacionamento entre os envolvidos

e elabora informações confiáveis para a apreciação e tomada de decisões (CAMELO; CAMELO; PAULINO, 2006: 52).

Ela não se resume apenas a informações financeiras. O fato de a contabilidade gerencial apresentar índices financeiros, muitas vezes, cria confusão com a contabilidade financeira. É necessário então diferenciar estas duas abordagens, a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira.

O PAPEL DO CONTADOR

MARION (apud SILVA, 2002) observa que, muitas vezes, as pequenas empresas utilizam a função do contador para satisfazer exigências fiscais. **"A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisões. Ressalte-se, entretanto, que, em nosso País, em alguns segmentos de nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco".**

As atividades do contador não podem ser restritas aos registros das operações visando atender às exigências legais. O papel do contador na sociedade é fundamental para que a empresa atinja seus objetivos, sendo a obtenção de lucros um dos principais. A contabilidade e a administração de empresas caminham lado a lado, pois a contabilidade se alimenta de informações, e estas são necessárias tanto para o planejamento como para as tomadas de decisão.

Atualmente, os relatórios financeiros deixaram de ser apenas informativos numéricos. A necessidade crescente por informações úteis à administração e que gerem resultados fez com que o contador percebesse a importância de transformar números em relatórios gerenciais, seja através de simples gráficos desenvolvidos em planilhas auxiliares ou até mesmo em softwares especializados em gestão, tornando a contabilidade gerencial cada vez mais usual no cotidiano das empresas.

HORNGREN (1986: 516) comenta o papel do contador no processo de tomada de decisões citando que **"muitos gerentes querem que o contador ofereça sugestões sobre uma decisão, mesmo que a decisão final sempre pertença ao executivo operacional".**

Sendo um dos propósitos deste trabalho o de melhorar as relações entre contador e administrador para que ambos participem do processo decisório, é

essencial que o contador demonstre seu principal papel perante a empresa, que é a geração de informações úteis ao gestor a fim de facilitar as tomadas de decisão.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A definição de sistema de informação (SI) para LAUDON e LAUDON (1998: 21) dá ênfase gerencial: **"um sistema de informações pode ser tecnicamente definido como um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta (ou recupera), processa, armazena e distribui informação para a tomada de decisão em uma organização"**.

Segundo STAIR (1998:6), sistema de informação é **"um conjunto de elementos ou componentes que interagem para se atingir objetivos, apresentando entradas, mecanismos de processamento, saídas e feedback"**.

A informação obtida no processamento será utilizada para a geração de conhecimento que pode ser utilizada como apoio para o gerenciamento das rotinas da empresa.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Atualmente, os sistemas de informação recebem uma ajuda indispensável no processamento dos dados, gerando informações úteis aos tomadores de decisões. Essa ajuda é fornecida pelos sistemas computacionais, envolvendo hardware e software, os quais são fundamentais para a agilidade dos processos. A união dos sistemas de informação com a tecnologia gera novas perspectivas de gestão para o administrador, cujas decisões poderão ser consistentes para toda a empresa.

Mediante as suas necessidades, cada empresa irá adquirir ou desenvolver softwares aplicativos para apoiá-la na realização de suas tarefas e, conseqüentemente, para ser capaz de gerar resultados específicos conforme o seu plano estratégico. Dentro do contexto contábil, a tecnologia da informação objetiva reduzir o tempo gasto com práticas contábeis, permitindo ao contador otimizar seu tempo trabalhando na gestão da informação (STAIR, 1998).

Segundo TAIT (apud SELL, 2001), um dos objetivos de um sistema de informação deve ser a integração entre negócios, sistemas e tecnologia da informação. Essa integração deve ser feita de maneira com que os negócios sejam suportados por sistemas de informações baseados em tecnologia de informação, ou

através do uso do sistema de informação ligando clientes e fornecedores, ou ainda pelo planejamento estratégico da empresa.

MCGEE e PRUSAK (apud STÁBILE, 2001) relatam o valor da informação perante o uso da TI, **"onde os investimentos tecnológicos tornam-se nulos sem as informações adequadas e as pessoas usuárias"**.

VAZ (apud STÁBILE, 2001) diante do valor fundamental que a informação possui para a administração no atual cenário da concorrência, afirma que a tecnologia da informação passa a ser importantíssima para agilizar a aquisição, o processamento e a divulgação da informação dentro das organizações, possibilitando-lhes a busca por lucros e resultados satisfatórios.

QUAL A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL PARA O ADMINISTRADOR.

Medidas da condição econômica da empresa, como as de custo e lucratividade dos produtos, dos serviços, dos clientes e das atividades das empresas, são obtidas dos sistemas de contabilidade gerencial. Além disso, a informação gerencial contábil mede o desempenho econômico de unidades operacionais descentralizadas, como as unidades de negócios, as divisões e os departamentos. Essas medidas de desempenho econômico ligam a estratégia da empresa à execução da estratégia individual de cada unidade operacional. A informação gerencial contábil é, também, um dos meios primários pelo quais operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos recebem **feedback** sobre seus desempenhos, capacitando-os a aprenderem com o passado e melhorarem para o futuro.

As empresas obtêm sucesso e prosperam com base na elaboração de produtos e de serviços que os clientes valorizam, produzindo-os e distribuindo-os aos clientes por meio de processos operacionais eficientes, divulgando e vendendo, efetivamente, os resultados da empresa aos clientes. Embora a informação gerencial contábil não possa garantir o sucesso dessas atividades organizacionais críticas, seu mau funcionamento resultará em severas dificuldades para as empresas. Sistemas de contabilidade gerencial efetivos podem criar valores consideráveis, fornecendo informações a tempo e precisas sobre as atividades requeridas para o sucesso das empresas atuais.

Segundo IUDÍCIBUS (1993:15) "A Contabilidade Gerencial também se vale em suas aplicações de outros campos de conhecimento não circunscritos à Contabilidade.". Reconhecendo assim que, o desenvolvimento das áreas tecnológicas como a informática, a logística, os recursos-humanos entre outras, aliados aos conhecimentos sociais, forneceram meios para que a Contabilidade utilize-se de técnicas, informações e relatórios feitos sob medida para favorecer as necessidades gerenciais dos administradores.

Vários princípios, aceitos pelos empreendimentos, influenciam com as inovações, como novos procedimentos de custos, constituição física dos recursos humanos entre outros. Diante disso, SÁ (2009:57) assinalou: Se a empresa julga conveniente adotar o que reconhece com "inovação", precisa reajustar a sua estrutura específica e geral para atender as necessidades de novos planejamentos (nem sempre bem sucedidos quando atados apenas há padrões comercialmente vendidos por empresas de serviço).

Contudo, como as mudanças ocorrem constantemente, não são apenas os relatórios de contas variados, mas os controles pertinentes que também necessitam ser manuseados conforme a estrutura da organização. Uma perfeita junção deve-se correlacionar entre o planejamento e a execução no processo contábil de apoio à estratégia e à gestão efetiva.

Tendo em vista a amplitude e complexidade do tema, o presente trabalho de conclusão de curso não terá como meta o esgotamento do assunto, mas tão somente uma tentativa de abordar a questão a partir de alguns parâmetros teóricos escolhidos, sem deixar de reconhecer a existência de inúmeras outras possibilidades de estudos e pesquisas sobre o tema abordado

8) PLANO DE TRABALHO

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE SIGLAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
1 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA CONTABILIDADE	13
1.1 A CONTABILIDADE NO BRASIL	15
1.2 ORIGEM HISTÓRICA DA FOLHA DE PAGAMENTO NO BRASIL	18
1.3 A FORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	19
1.4 ORIGEM DA CARTEIRA DE TRABALHO	20
1.5 CARACTERÍSTICA DA CARTEIRA DE TRABALHO	21
2 FUNDAMENTAÇÃO E DEFINIÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO	22
2.1 OS DESCONTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO	22
2.1.1 Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	23
2.1.2 Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	23
2.1.3 Vale – Transporte	24
2.1.4 Faltas Injustificadas	24
2.1.5 Descontos do Repouso Semanal Remunerado	25
2.1.6 Contribuição Sindical	25
2.1.7 Assistência Médica, Odontológica, Farmácia, Seguro ou Associação	26
2.1.8 Desconto Descanso Semanal Remunerado Sobre Faltas	26
2.2 OS PROVENTOS DA FOLHA DE PAGAMENTO	26
2.2.1 Salário E Remuneração	26
2.2.2 Adicional Insalubridade	26
2.2.3 Adicional De Periculosidade	27
2.2.4 Adicional Noturno	27
2.2.5 Adicional Extraordinárias	28
2.2.6 Horas Extras	28
2.2.7 Adicional de Transferência	28
2.2.8 Ajuda de Custo e Diária pra Viagem	28

2.2.9 Salário Família	29
2.2.10 Salario Maternidade	29
2.2.11 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	30
2.3 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	30
2.3.1 Lançamentos Contábeis	31
2.2.2 Lançamento do Pagamento no Final do Mês de Trabalho .	31
2.3.3 Lançamento do Pagamento no mês seguinte	31
2.3.4 Lançamento No Mês Do Efetivo Pagamento	32
2.3.5 A incidência do INSS e outros encargos do trabalhador	32
2.3.6 A incidência do IRRF na fonte	32
2.3.7 Outras deduções salariais suportadas pelo empregado	33
2.3.8 Encargos adicionais da empresa	33
2.3.9 Seguridade Social	33
2.3.10 Depósitos do FGTS	34
2.4.11 Provisão para o 13º salário e para Férias	34
3 CONTABILIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA EMPRESA	
SCARAVELLI MOTOS ME	35
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	35
3.2 ANALISE DO QUESTIONÁRIO	35
3.3 CONTABIZAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NA EMPRESA	37
3.3.1 Sugestão de Modelo de Folha de Pagamento	37
3.3.2 sugestão de modelo de holerite Modelo de holerite	38
3.3.3 Sugestões Contabilização da Folha de Pagamento	38
3.4 SUGETÃO DE MODELO DE BALANÇO PATRIMONIAL	39
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

10) Referências Bibliográficas

ATKINSON, Antony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark.

Contabilidade Gerencial. 1ª edição. São Paulo. 2000. Editora Atlas.

CAMELO, Augusto César Oliveira; CAMELO, Érika Patrícia de S. Martins; PAULINO, Tatiana Cristina de Brito. **A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor.** Reflexão Contábil, vol. 29, mai./ago., 2006, 41-54

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 1998

DE SÁ, Antonio Lopes. **Moderna Análise de Balanços ao Alcance de todos.** 2ª edição – Revista e Atualizada. Curitiba: Editora Juruá. 2008. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2008.** / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e gráficos]. – Brasília, DF : DIEESE, 2008.

HOSS, Osni; et. al. **Conhecimento e Aplicação Contábil.** Osni Hoss, – Cascavel:

DRHS – Osni Hoss, 2006. Outros autores: Luiz Fernando Casagrande; Delci Grapegia Dal Vesco; Cláudio Metzner.

HORNGREN, Charles Thomas. **Contabilidade de custos: um enfoque administrativo.** São Paulo: Atlas, 1986. LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Management information systems. New approaches to organization & technology.** Prentice Hall, New Jersey, 1998

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade Gerencial.** 12ª edição. Editora: PEARSON Prentice Hall. São Paulo. 2004. Científicos. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Atlas, 1987

SÁ, Antônio Lopes de. Controladoria e contabilidade aplicada à administração. Curitiba: Juruá, 2009. Disponível em: < www.traca.com.br/livro/293109/

IUDICIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen C; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo W; JÚNIOR, Ramon D.

Contabilidade Introdutória – 9ªedicao.Atlas. São Paulo.1998. Equipe de professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTHONY, Robert Newton. **Contabilidade gerencial: uma introdução a contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1974

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Lei complementar 123/2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da EmpresadePequenoPorte;[http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/simplesNacional.htm#Leis Complementares](http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LegisAssunto/simplesNacional.htm#Leis%20Complementares)

McGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação.** Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SELL, Denilson. **Uma arquitetura para distribuição de componentes tecnológicos de sistemas de informações baseados em data warehouse.** 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

STÁBILE, Samuel. **Um estudo sobre a desconexão entre usuários e desenvolvedores de sistemas de informação e sua influência na obtenção de informação pelo decisor.** 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

STAIR, Ralph M. **Princípios de sistemas de informação**. LTC-Livros Técnicos e contabilidade- para administradores>acessado em 20/09/2010.

RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

R\$- 545,00

Recebi da Empresa: HELTON JOSÉ - ME, CNPJ Nº 81.056.789/0001-67,
a importância supra de R\$- 545,00 (QUINHENTOS E QUARENTA E
CINCO REAIS) referente ao pagamento de salário, pelos serviços
prestados na empresa citada acima, no mês de Março de 2011.

Pelo presente recibo dou o referido, plena e geral quitação.

Itaituba-PA, _____ de _____ de 2011.

Jose Ademilson da Silva Sousa

COMPANHIA DE ESTADOS DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SECRETARIA DE REGISTRO E CADASTRAL - FIC

INSCRIÇÃO NO CNPJ/CPF	INSCRIÇÃO NA JUNTA COMERCIAL
82056789009167	15101317576

RAZÃO SOCIAL
SCARAVELLI

TIPO DE ESTABELECIMENTO
MOTOS

CITY
SANTARÉM

ENDEREÇO
RUA NOVA DE SANT'ANA, SN BELA VISTA NOVA DE SANT'ANA

REGIME DE PAGAMENTO	MUNICÍPIO
Simples Nacional	ITAITUBA

DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE	SITUAÇÃO CADASTRAL
14-JUL-05	Ativo

CÓDIGO DE ATIVIDADE PRINCIPAL
4541203 - Comércio a varejo de motocicletas e motonéfas novas

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

CÓDIGO DE ATIVIDADE SECUNDÁRIA

Exatado pelo Decreto nº 4676 de 18 de Junho de 2001.

Exatado no dia 27/04/2010 às 16:31:49 pelo Portal de Serviços da SEFA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Este documento de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto ao órgão responsável pelo cadastro.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 82.056.789/0001-67		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 16/05/1990	
NOME EMPRESARIAL HELTON JOSE SCARAVELLI ME					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SCARAVELLI MOTOS					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.41-2-03 - Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.41-2-05 - Comércio a varejo de peças e acessórios para motocicletas e motonetas 45.43-9-00 - Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)					
LOGRADOURO R NOVA DE SANT'ANA		NÚMERO SN		COMPLEMENTO	
CEP 68.180-633	BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA		MUNICÍPIO ITAUBA		UF PA
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 25/05/2011 às 15:35:15 (data e hora de Brasília).

Valor bodyToPrint Valor pageTitle a /PessoaJuridica/